

Ibre prevê expansão do endividamento

1983

ESTADO

O Brasil precisará aumentar em termos reais seu endividamento externo, este ano, para fazer face ao pagamento de US\$ 12 bilhões da conta de juros e remessa de capitais, pois, dos US\$ 6 bilhões do saldo previsto na balança comercial, cerca de US\$ 4 bilhões serão absorvidos pelo déficit da conta serviços, na qual se inclui o pagamento de despesas de fretes, seguros, turismo e arrendamento.

Essa é a conclusão a que chegou a "Carta do Ibre", formulada com base na média de opiniões dos economistas do corpo permanente do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas, entre os quais se incluem os ex-ministros Mario Henrique Simonsen e Octavio Gouvêa de Bulhões.

Aquela situação, segundo a "Carta do Ibre", significará que o reescalonamento da dívida externa somente será possível com ampliação do seu nível pelos próximos dois ou três anos, com financiamento completo ou quase completo de juros. Será igualmente necessário, dizem os economistas do Ibre, "uma razoável extensão de todos os prazos de amortização nos vencimentos futuros".

O Instituto Brasileiro de Economia alerta, ainda, para a necessidade de ser devolvida aos credores externos a "confiança na eficácia do programa de reescalonamento", enquanto os países devedores esperam que o comércio inter-

nacional se amplie no ritmo adequado ao cumprimento dos novos compromissos por eles assumidos.

A "Carta do Ibre" também critica os desvios em relação à programação do balanço de pagamentos, assinalando que tais desvios "ressaltam a necessidade já publicamente admitida pelo governo brasileiro, de negociação de créditos externos suplementares".

Entre os vários itens do balanço de pagamento cuja execução diverge das previsões iniciais, a "Carta do Ibre" enumera os seguintes, como os de maior importância: os juros da dívida, inicialmente calculados em US\$ 9 bilhões, poderão sofrer acréscimos de US\$ 2 a US\$ 3 bilhões; a parcela de investimentos, projetada em US\$ 1,5 bilhão, deverá sofrer um provável corte de cerca de US\$ 1 bilhão; os créditos de fornecedores e instituições oficiais, previstos em US\$ 4,5 bilhões, terão uma diferença para menos de US\$ 0,5 a US\$ 1 bilhão.

Nesses três itens, segundo a "Carta do Ibre", a necessidade de recursos adicionais ao que forá negociado com os credores externos, nos projetos 1 e 2, "ascenderia a algo em torno de US\$ 3,5 a US\$ 5 bilhões". E ainda haveria o impacto negativo da redução das disponibilidades dos dois outros projetos: do número 3 (crédito comercial), uma diferença prevista de US\$ 1,5 bilhão; e no projeto 4, referente às linhas de financiamento interbancárias, a dife-

rença não seria inferior a US\$ 2 bilhões em relação à reivindicação apresentada pelas autoridades brasileiras.

A "Carta do Ibre" destaca, ainda, a reduzida abertura conseguida em relação ao comércio exterior, apesar de todo o esforço desenvolvido nos últimos anos para aumentar as exportações. "Relativamente ao seu tamanho econômico, o Brasil é hoje um dos países de menor comércio com o resto do mundo", observa a "Carta".

Segundo a análise do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, mesmo após o primeiro choque do petróleo, em 1975, quando era de 8% o "coeficiente de abertura exterior" do País (o peso das exportações em relação ao Produto Interno Bruto), o Brasil não ampliou sua abertura comercial. Prova disso é que manteve, no ano passado, igual proporção de 8% de suas exportações em relação ao PIB.

O documento também assinala que a dívida externa brasileira, como proporção das exportações, é uma das mais altas do mundo, mesmo descontando as dificuldades enfrentadas pelo comércio exterior nos últimos anos, para expandir-se adequadamente. Assim, entre os dez países que mais devem no mundo, o Brasil é o segundo, antecedido pela Argentina, com a dívida externa representando 345% das exportações, de acordo com os valores de 1982. Na Argentina, essa relação atingiu 388%.